



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

SARA LETÍCIA FIGUEIROA ITALIANO COSTA

**ATUAÇÃO DO JORNAL BRASIL DE FATO ENQUANTO COMUNICAÇÃO
POPULAR NO ENFRENTAMENTO À ORDEM DE DESPEJO DO CENTRO DE
FORMAÇÃO PAULO FREIRE DO MST**

**CAMPINA GRANDE
2025**

SARA LETÍCIA FIGUEIROA ITALIANO COSTA

**ATUAÇÃO DO JORNAL BRASIL DE FATO ENQUANTO COMUNICAÇÃO
POPULAR NO ENFRENTAMENTO À ORDEM DE DESPEJO DO CENTRO DE
FORMAÇÃO PAULO FREIRE DO MST**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
De Jornalismo da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de graduada em
Jornalismo

Área de concentração: Comunicação
Popular

Orientador: Prof. Me. Rafael Araújo de Melo

**CAMPINA GRANDE
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837a Costa, Sara Leticia Figueiroa Italiano.

Atuação do Jornal Brasil de fato enquanto comunicação popular no enfrentamento à ordem de despejo do centro de formação Paulo Freire do MST [manuscrito] / Sara Leticia Figueiroa Italiano Costa. - 2025.

36 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Me. Rafael de Araújo Mélo, Departamento de Comunicação Social - CCSA".

1. Comunicação popular. 2. Movimentos sociais. 3. Mídia. I.
Título

21. ed. CDD 070.4

SARA LETICIA FIGUEIROA ITALIANO COSTA

ATUAÇÃO DO JORNAL BRASIL DE FATO ENQUANTO COMUNICAÇÃO
POPULAR NO ENFRENTAMENTO À ORDEM DE DESPEJO DO CENTRO DE
FORMAÇÃO PAULO FREIRE DO MST

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Jornalismo da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharela em
Jornalismo

Aprovada em: 13/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jurani Oliveira Clementino** (***.257.793-**), em **24/06/2025 15:02:32** com chave **667bb960512511f09e121a1c3150b54b**.
- **Rafael de Araújo Mélo** (***.071.504-**), em **24/06/2025 12:27:45** com chave **c6cfd21c510f11f0ae1f06adb0a3afce**.
- **Fernando Firmino da Silva** (***.070.164-**), em **25/06/2025 11:05:35** com chave **7728367851cd11f08cea1a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 26/06/2025

Código de Autenticação: 4c9442



A minha família e amigos, pelo amor sempre presente e força quando precisei, DEDICO.

(...) *Ele falava sempre assim: “Se me matar, me cortar, me cortar em dez, vinte pedaços, cinquenta, eu sou um comunista. Ele dizia isso nos comícios.”*
— Depoimento de Marina Dias, *apud* Van Ham, 2006, p. 41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aplicação dos Critérios de Raquel Paiva nas Reportagens do Brasil de Fato.....	28
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural

TABELA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Moradora do Assentamento Normandia em sua residência (setembro de 2019)	24
Figura 2 – Mobilização dos assentados no auditório do Centro de Formação Paulo Freire (setembro de 2019)	24
Figura 3 – Participação no acampamento de resistência (setembro de 2019) ...	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 COMUNICAÇÃO POPULAR.....	13
2.1 Oligopólio da Mídia.....	14
3 CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOAGRÁRIOS NO BRASIL.....	17
4 CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE	23
5 METODOLOGIA	27
6 ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO JORNAL BRASIL DE FATO SOB CONCEITOS DE RAQUEL PAIVA	28
7 CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS	34

ATUAÇÃO DO JORNAL BRASIL DE FATO ENQUANTO COMUNICAÇÃO POPULAR NO ENFRENTAMENTO À ORDEM DE DESPEJO DO CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE DO MST

THE ROLE OF THE NEWSPAPER BRASIL DE FATO AS A POPULAR COMMUNICATION IN CONFRONTING THE EVICTION ORDER OF THE MST'S PAULO FREIRE TRAINING CENTER

Sara Letícia Figueiroa Italiano Costa¹

RESUMO

O artigo analisa a atuação jornalística do Brasil de Fato como veículo de comunicação popular durante a tentativa de despejo do Centro de Formação Paulo Freire, do MST, em Caruaru-PE. Maior espaço formativo do movimento no Nordeste, o centro contribui para a formação de instituições públicas e o fornecimento de alimentos agroecológicos em Pernambuco. Em 2019, foi alvo de uma ordem de despejo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), gerando um acampamento de resistência. Frente à cobertura criminalizadora da grande mídia, o Brasil de Fato adotou uma abordagem contra-hegemônica, com foco humano e esclarecedor. Com base nos critérios de comunicação popular de Raquel Paiva, o estudo analisa três reportagens do veículo, evidenciando seu posicionamento ao lado dos sujeitos sociais em luta.

Palavras-chave: Comunicação Popular; Movimentos Sociais; Mídia.

ABSTRACT

The article analyzes the journalistic work of *Brasil de Fato* as a vehicle of popular communication during the attempted eviction of the Paulo Freire Training Center, maintained by the MST, in Caruaru, Pernambuco. As the largest educational space of the movement in the Northeast, the center contributes to the development of public institutions and the supply of agroecological food in Pernambuco. In 2019, it was targeted by an eviction order issued by the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (Incra), leading to the establishment of a resistance camp. In response to the predominantly criminalizing coverage by mainstream media, *Brasil de Fato* adopted a counter-hegemonic, human-centered, and informative journalistic approach. Based on Raquel Paiva's criteria for popular communication, the study analyzes three reports from the outlet, highlighting its positioning alongside social actors in struggle.

Keywords: Popular Communication; Social Movements; Media.

¹ Graduanda em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). sara.costa@aluno.uepb.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A história das sociedades humanas é, como marcaram Karl Marx e Friedrich Engels no difundido Manifesto Comunista (1984), a história da luta de classes. Essa perspectiva permite analisar as relações estabelecidas dentro do sistema capitalista, revelando os mecanismos de opressão e injustiça que moldam a vida dos povos e abrindo caminhos para a superação dessa realidade. Este artigo parte dessa ótica para refletir sobre o papel da comunicação na luta pela terra - questão embrionária do Brasil e que segue agravando a disputa ideológica, desabrigoando camponeses em luta e pautando violentos conflitos territoriais.

Este objeto de estudo, a história desses corpos em luta por terra, representa, para mim, uma escolha que antecede qualquer processo de síntese acadêmica. Ele nasce da observação do mundo ao meu redor, das vivências da minha comunidade e da consciência de que o acesso a direitos básicos só foi possível por meio de políticas públicas voltadas às famílias do campo. Essa compreensão se fortaleceu a partir de 2007, quando o assentamento onde vivi, na região do Cariri paraibano, foi formalizado e passou a acolher minha família durante boa parte da minha infância.

A partir dessas vivências fui adquirindo consciência política, entendendo a importância da organização coletiva na luta por melhores condições de vida, por visibilidade e por sobrevivência. Se esse processo de tomada de consciência foi, em parte, fruto das circunstâncias, a escolha pela graduação em Jornalismo e por este tema de pesquisa foi uma decisão cuidadosamente pensada. Compreendi que ocupar espaços acadêmicos e de produção de conhecimento também é uma forma de luta. Por isso, construí este trabalho com a intenção clara de gerar um retorno social e de contribuir para futuras reflexões sobre a comunicação que sustenta a existência e a resistência de sujeitos que, como eu, compartilham trajetórias semelhantes.

É justamente a partir desse percurso que surge o interesse em compreender como a comunicação pode atuar na luta por direitos. Nesse sentido, é importante destacar que a mídia se apresenta como potente ferramenta na disputa ideológica e, historicamente, tem sido utilizada em favor das elites econômicas e políticas. Por outro lado, a comunicação popular defende a construção de uma mídia horizontal, feita e consumida pelo povo. Ela representa a apropriação dos meios de comunicação por aqueles que são alvos da injustiça social, surgindo como ferramenta estratégica na resistência e organização dos movimentos sociais em direção à emancipação dos povos.

Ao tratar da questão agrária no Brasil, é possível afirmar que as lutas coletivas no campo, que propõem a redistribuição da terra e a justiça social, têm sido alvo de repressão. Com o passar do tempo, a face da repressão se modernizou: governos e elites passaram a recorrer a mecanismos institucionais de violência, como decisões judiciais que criminalizam os movimentos sociais e legitimam o uso da força estatal. Um exemplo desse fenômeno é a ordem de despejo contra o Centro de Formação Paulo Freire, situado no Assentamento Normandia, em Caruaru (PE), em 2019. Este caso não apenas ilustra a face jurídica da repressão, mas, por outro lado, também evidencia o potencial da comunicação popular na articulação da resistência.

Neste estudo, propõe-se analisar de que maneira a atuação do jornal *Brasil de Fato* — que, embora classificado, de acordo com os estudos de Cicília Peruzzo (2004), como comunicação alternativa, também apresenta traços da comunicação popular, especialmente quando atua em articulação com movimentos sociais e permite certa participação desses sujeitos nos processos comunicacionais — contribuiu para a mobilização popular diante da decisão jurídica que traria danos irreversíveis para a

comunidade e para todo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), baseando-se na reflexão da problemática do papel da comunicação popular diante do processo de ordem de despejo do Centro de Formação Paulo Freire, no Assentamento Normandia.

Pude presenciar de perto esse processo: a mobilização crescente e sua amplitude se desenrolando diante dos meus olhos. Apesar do temor constante que gelava minhas mãos durante as vigílias noturnas em grupo pela segurança do espaço, e das inúmeras possibilidades que me atravessavam a mente sobre o que significava colocar um corpo a serviço da proteção de um território coletivo, fui tomada pela mística que move tantos personagens revolucionários da história. Impulsionada pela força das famílias, pelos relatos compartilhados, pela convivência em comunidade e pela comunhão em torno de um único propósito. Ali, a produção jornalística popular nascia nas conversas, na proximidade, enquanto, do lado de fora daquela atmosfera, a distorção promovida pela mídia hegemônica também nos atravessava, causando indignação e revolta. A urgência de disseminar a verdade fez dessa experiência, naquele momento, um compromisso. Um compromisso que, posteriormente, se transformaria neste escrito, com o propósito de esmiuçar essa luta, como de fato ela aconteceu.

Com isso, o objetivo geral da pesquisa é investigar essa função, estabelecendo objetivos específicos como: analisar reportagens do jornal *Brasil de Fato* sobre o processo de ordem de despejo do Centro de Formação Paulo Freire, no Assentamento Normandia; e analisar o papel da comunicação popular na disputa dos movimentos populares dos trabalhadores camponeses no Brasil diante da grande mídia. Por meio da análise documental de matérias publicadas pelo jornal, buscou-se identificar os aspectos da comunicação popular na cobertura do episódio, os sentidos produzidos sobre o MST na ação jornalística, além de refletir sobre a importância da comunicação popular para os movimentos sociais.

Neste sentido, as próximas seções abordarão o estudo sobre Comunicação Popular, com base nas teorias de Cicília Maria Krohling Peruzzo e Joana Puntel. Em seguida, será apresentada uma explanação sobre a realidade da concentração midiática no Brasil, com contribuições teóricas de Antonio Gramsci e Vladimir Lênin acerca da intervenção capitalista na mídia. Também será discutida a marginalização histórica dos movimentos sociais agrários no país, bem como as formas de resistência popular frente à coerção do Estado — como os movimentos messiânicos, as Ligas Camponesas e o Movimento Sem Terra —, a partir das reflexões de Carlos Nelson Coutinho. Por fim, será apresentado o Centro de Formação Paulo Freire, com destaque para sua história e o contexto da ordem de despejo. A partir desse percurso, foi possível fundamentar a metodologia e a análise das reportagens do jornal *Brasil de Fato*, foco deste estudo.

A análise aqui proposta pode contribuir de forma efetiva para a atuação de comunicadores populares, pesquisadores da área, jornalistas comprometidos com o fortalecimento da Comunicação Popular e estudantes de Comunicação Social, ao oferecer subsídios teóricos e práticos para a compreensão crítica da mídia e sua relação com os movimentos sociais.

2 COMUNICAÇÃO POPULAR

Compreender a comunicação como uma ferramenta eficaz que contribuiu para a evolução da sociedade em variados contextos históricos nos permite acreditar no seu efeito de disputa e colonização dos meios para o estabelecimento de poder e hegemonia – um processo comum em sociedades forjadas sob o molde capitalista.

Através dessa perspectiva, empregando à comunicação uma função de serviço às causas das sociedades, a partir de sua capacidade de aproximação, organização, esclarecimento e emancipação, é preciso entendê-la considerando nichos. Tal delimitação facilita o estudo das manifestações comunicacionais e o que estão a defender.

Diante das organizações populares que se expressaram ao longo dos anos, buscando a defesa de direitos, melhores condições de vida, reivindicações gerais comuns às pessoas que se viam de alguma forma injustiçadas, surge também a necessidade de um canal comunicativo que contemple tais demandas, tendo em vista a arbitrariedade da mídia hegemônica que nem sempre está nestes espaços considerados marginalizados ou subalternos. A proposta da Comunicação Popular, neste viés, é atuar junto a esses movimentos sociais e sua construção nasce pelas mãos dos próprios membros que estão envolvidos nas causas. Assim, é possível criar um espaço que fomente a organização das mobilizações, que seja fonte de informações da realidade popular e combata estruturas de poder.

A comunicação popular, em sua gênese, não é um tipo qualquer de mídia, como mídia grupal, rádio local ou material impresso. Não é também uma instrução religiosa ou desempenho comunitário de especialistas em agricultura falando a camponeses em linguagem singular. Ela surgiu de um movimento em nível mais profundo: grupos de camponeses ou de trabalhadores discutindo entre si ou com outros grupos similares. (Puntel apud Peruzzo, 2004, p. 2)

Logo, o que torna possível o nascimento dessa modalidade, é a existência de grupos que experienciam uma organização própria, nos quais o modelo de comunicação hegemônica não dá conta, dando margem para o surgimento de um projeto próprio que atenda suas demandas organizacionais e existenciais.

O mote de início da comunicação popular traz implícita sua singularidade perante outros fazeres comunicacionais: sua horizontalidade. Isto é, ela é feita pelo “povo” e serve ao “povo”.

Expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. (Peruzzo, 2006, p. 4)

Peruzzo debruça-se ainda na análise e compreensão do sentido empregado à palavra “povo”, no contexto da comunicação popular, que auxilia no processo de diferenciação diante de outras manifestações da comunicação que também se opõem à comunicação hegemônica, mas que não necessariamente são oriundas de movimentos populares. Além de dar luz sobre a dinâmica e configuração dos próprios movimentos na realidade da América Latina e seus enfrentamentos:

O povo é composto por classes subalternas, mas não necessariamente só por elas. Há momentos que ele engloba quase toda a nação. Foi o que

aconteceu, por exemplo, no auge da revolução nicaragüense ou nos processos brasileiros das "eleições diretas já" e do impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Forma-se nesses casos um grande elo, uma identificação em torno de um objetivo muito forte, uma coisa que aglutina e que tem um caráter de oposição ao *status quo*. Povo, neste sentido, é todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas aos interesses da maioria. (Peruzzo, 1998, p. 117)

É indispensável considerar as questões conjunturais e históricas nesta conceituação, pois, no caso de um continente que tem sua história marcada pela colonização e exploração, percebem-se os prejuízos temporais e de desenvolvimento que foram causados, culminando em dinâmicas de mobilização que nem sempre será possível observar em países desenvolvidos. No Brasil, luta-se ainda por direitos que em outras nações – colonizadoras – foram conquistados em um período muito anterior, através do desenvolvimento propiciado pela exploração e escravização dos países hoje em desenvolvimento.

A comunicação popular consiste, então, na produção advinda dos movimentos populares, com o intuito, muitas vezes, de divulgar suas ações, mobilizar e conscientizar. Uma ferramenta própria, construída – coletivamente – para adquirir cidadania, combater estigmas de grupos marginalizados e contribuir na conquista de uma sociedade justa e igualitária. É uma arma de combate possível na disputa ideológica e luta pela democratização dos meios de comunicação, mesmo diante da concentração midiática neoliberal.

2.1 Oligopólio da Mídia

No Brasil, o cenário de distribuição da oferta dos serviços dos veículos de comunicação é extremamente centralizado. O chamado oligopólio dificulta a democratização de acesso dos grupos subalternos à mídia tradicional. Na maioria das vezes, tal espaço só é cedido na mídia em decorrência de tragédias e notícias infelizes, o que contribui para o fortalecimento e disseminação dos estereótipos negativos das comunidades. Analisar os detentores do que pode ser considerada a grande mídia brasileira, os canais de maiores audiências, se faz necessário para mensurar as faces de quem comunica grande parte do que é notícia no país e a proporção da desigualdade midiática.

Tomando por base a pesquisa Monitoramento da Propriedade de Mídia realizada pela ONG brasileira Interozes e a Repórteres Sem Fronteiras² temos o apontamento preocupante de que apenas 5 famílias controlam 50% dos veículos responsáveis pelas maiores audiências do Brasil:

9 pertencem ao Grupo Globo, 5 ao Grupo Bandeirantes, 5 à família Macedo (considerando o Grupo Record e os veículos da IURD, ambos do mesmo proprietário), 4 ao grupo de escala regional RBS e 3 ao Grupo Folha. Outros grupos aparecem na lista com dois veículos cada: Grupo Estado, Grupo Abril e Grupo Editorial Sempre Editora/Grupo SADA. Os demais grupos possuem apenas um veículo da lista. São eles: Grupo Sílvia Santos, Grupo Jovem Pan, Grupo Jaime Câmara, Diários Associados, Grupo de Comunicação Três, Grupo Almicare Dallevo & Marcelo de Carvalho, Ongoing/Ejesa, BBC – British Broadcasting Corporation, EBC – Empresa Brasil de Comunicação, Publisher

² INTERVOZES; REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. *Monitoramento da propriedade da mídia no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://intervozes.org.br/projetos/monitoramento-da-propriedade-de-midia-no-brasil-mom>. Acesso em: 17 de maio 2025.

Brasil, Consultoria Empiricus, Grupo Alfa, Grupo Mix de Comunicação/Grupo Objetivo, Igreja Renascer em Cristo, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Católica/Rede Católica de Rádio e INBRAC – Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã.” (Intervozes; Repórteres sem fronteiras, 2021).

A concentração da audiência do país em poucas emissoras é também historicamente a retenção de poder, visto que, segundo Walter Lippman (1922), a mídia determina boa parte da opinião pública do país. Nesse contexto, a televisão é responsável por boa parte do agendamento público, devido sua aderência nas massas e construção de credibilidade. Segundo Cohen (1963), “os veículos noticiosos podem não ser bem sucedidos em dizer às audiências o que dizer, mas são surpreendentemente bem-sucedidos em dizer às audiências sobre o que pensar” (p. 13). Naturalmente, há deslocamentos e inflexões com a popularização das mídias sociais, mas os grandes veículos de comunicação seguem tendo grande penetrabilidade nos principais grupos sociais no Brasil.

Mesmo proibida pela atual regulamentação da mídia, estabelecida na Constituição Federal de 1988, a concentração excessiva da mídia por parte de um pequeno grupo economicamente fortalecido, causa prejuízos não só para a democracia, mas, também, implica no enviesamento de fatos e extensão unilateral de ideias. Aqui, a problemática é o apagamento cultural e falta de representatividade. O povo é espectador de recortes de suas histórias construídos por outros personagens que não eles. Uma mídia que noticia a favela com o estigma da violência, desumanizando o cotidiano e a vida das comunidades; o Nordeste sob a lente da seca e da escassez; os povos originários quase como folclore, sem de fato pautar a necessidade de delimitar e proteger seus territórios.

O controle da mídia no Brasil é, portanto, proveniente de membros de uma elite econômica que detêm grande poder na sociedade. Nesse sentido, a imprensa ganha um caráter mercadológico, servindo ao interesse do capital. Um meio de produção que pertence a uma burguesia. Logo, os interesses defendidos são os da classe dominante a qual pertence. Também legitimam e ajudam a criar consensos na opinião pública acerca das decisões do Estado liberal, um processo descrito pelo pensador marxista Antonio Gramsci:

Naturalmente, os elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas. Mas, a opinião pública, como a entendemos hoje, surgiu às vésperas da queda do Estado absoluto, isto é, no período de luta da nova classe burguesa por hegemonia política e conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante. Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo a que uma única força modele a opinião e desse modo a vontade política nacional, dispersando os desacordos numa poeira individual e desorganizada. (Gramsci, 2000, p 95).

São poucas pessoas determinando o que deve ser consumido, os valores a serem defendidos, os partidos que devem ser seguidos e as causas que merecem atenção – que quase nunca são as do povo – o que, segundo Gramsci, deve ser combatido para a libertação e ascensão da classe trabalhadora:

Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da apolítica e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os

manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores. O governo aprova uma lei? É sempre boa, útil e justa, mesmo se não é verdade. Desenvolve-se uma campanha eleitoral, política ou administrativa? Os candidatos e os programas melhores são sempre os dos partidos burgueses. E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador. Apesar disto, a aquiescência culposa do operário em relação ao jornal burguês é sem limites. É preciso reagir contra ela e despertar o operário para a exata avaliação da realidade. (Gramsci, 2005, p.2)

No atual cenário, vale destacar também a capacidade das redes sociais, de instigar debates a instâncias relevantes e dar visibilidade a diferentes pautas. Logo, podemos observar uma inversão da tradicional *agenda-setting* — teoria que defende que a mídia segue uma agenda em que destaca determinados temas e, com isso, define os assuntos a serem discutidos pelas massas (McCombs & Shaw, 1972) — em muitos casos, a expressão dos internautas nas redes sociais acerca de um tema, pode determinar a agenda midiática.

Em 2011, a Tunísia iniciou o fenômeno mobilizatório que expressou a força das redes sociais no agendamento do debate político no século XX: a Primavera Árabe. Protestava-se contra o presidente Zine el-Abdine Ben Ali e os métodos repressivos de seu regime governamental. As manifestações populares fizeram com que ele buscasse exílio na Arábia Saudita. Uma ação que repercutiu em todo o mundo e promoveu mudanças políticas diretas em diversos países do Oriente Médio, cuja população, inspirada pela Tunísia, também foi às ruas reivindicando alterações sociais. Todas as nações envolvidas viviam sob regimes ditatoriais nos quais passavam por algum domínio estatal sobre os meios de comunicação. Os manifestantes não só se valeram das redes para mobilização, como disseminaram notícias do movimento, pautando assim a mídia mundial.

Assim, as mídias digitais ofereciam uma saída para a livre expressão que as mídias tradicionais, monitoradas e controladas pelo governo, não podiam oferecer. O conteúdo compartilhado entre as nações árabes e o resto do mundo incluía vídeos e imagens de pessoas de todas as classes, capturadas por telefones celulares e câmeras digitais. (Puddephat, 2011, p. 20)

Tal poder mobilizatório das redes sociais as colocam na mira da disputa ideológica, servindo como ferramenta de manutenção hegemônica-política do capitalismo. Na contemporaneidade, as principais empresas de tecnologia que atuam na comunicação pertencem a bilionários situados no Vale do Silício. As chamadas *Big Techs* utilizam o sistema de algoritmos que impulsionam conteúdos de acordo com o engajamento e lucram com a coleta de dados dos usuários para personalização do consumo. Segundo Evgeny Morozov (2018), a realidade digital do atual momento se fundamenta na comercialização de dados, em uma vida ideal abrigada em dispositivos tecnológicos e a individualização do bem-estar social. O autor traz ainda a urgência de romper com a narrativa de neutralidade dessas empresas em relação à disputa ideológica e com seu monopólio informacional.

Com as novas tecnologias e inteligência artificial, tais algoritmos tendem a adotar, cada vez mais, estratégias para suscitar a atenção dos internautas — logo, o lucro — com isso, torna-se questionável a organicidade da capacidade de agendamento das redes, tendo em vista que a realidade discutida nas redes sociais passa por filtros que se moldam ao que é lucrativo para as empresas. Rouvroy e Berns (2015) esclarecem que

[...] nossos comportamentos jamais foram tão conduzidos – observados, registrados, classificados, avaliados – como agora com esta base estatística, e isto com base em função de códigos de inteligibilidade e critérios absolutamente opacos à compreensão humana. A inofensividade, a “passividade” do governo algorítmico é apenas aparente: o governo algorítmico “cria” uma realidade ao menos tanto quanto ele a registra. (Ibid., p. 48)

A mídia é, portanto, ferramenta indispensável para a organização de qualquer sistema de governo e modelo econômico e, por isso, está em constante adaptação para tornar possível sua manutenção. No contexto de luta de classes – que acontece em todos os espaços – uma imprensa a serviço do capital inviabiliza uma disputa ideológica e emancipação das classes desfavorecidas. Como efeito, os agentes que buscam derrotar tal soberania, como os movimentos sociais, tendem a ser amplamente combatidos. Muitos pensadores dedicados à superação da opressão da classe trabalhadora compreenderam a essência organizativa da comunicação em suas lutas e nutriram a ideia de implementação de uma mídia alternativa para mobilizar suas bases e romper com a dominação burguesa. Para Vladimir Lênin,

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo. Ele é, também, um organizador coletivo. Neste último sentido, ele pode ser comparado com os andaimes que são levantados ao redor de um edifício em construção, que assinala os contornos, facilitam as relações entre os diferentes pedreiros, ajudam-lhes a distribuírem tarefas e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho organizado. (Lênin, 1988, p.127).

E, tanto por acreditar nesse papel da comunicação, o próprio comunista se doou para construção de jornais socialistas russos que deram forças para construção do partido na revolução de 1907. Marx (1980) diz que “se os jornais prussianos são pouco interessantes para o povo prussiano, isso sucede porque o povo prussiano é pouco interessante para os jornais” (132). Logo, os próprios povos precisam desenvolver o seu jornal.

3 CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOAGRÁRIOS NO BRASIL

A história do Brasil é traçada junto ao campesinato e acompanhada pelas disputas constantes por terra: desde a própria colonização, até os movimentos populares que se organizaram para reivindicar reforma agrária a partir do século XX. Uma luta travada antes mesmo da formulação da reivindicação que acompanha os mais recentes enfrentamentos dos camponeses contra o latifúndio: a reforma agrária.

Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições. (Fernandes, 1999, p.1).

Assim, a repressão ao povo como negação para uma distribuição de terras favorável à classe, passa por diferentes métodos de aplicação de violência, se tornando, ao longo de diferentes regimes, cada vez menos escrachada, com uma face mais institucional, apelando para a marginalização dos movimentos sociais a fim de obter legitimação perante a opinião pública.

O mecanismo que resguarda o poder político do Estado é a organização armada. Por isso, para compreender sua dinâmica coercitiva, é necessário entender que a coerção, neste caso, só é possível pela detenção do monopólio da violência por meio do exército e da polícia, que garantem o controle e ordem das classes. São limites organizativos impostos através de uma violência institucionalizada. Franz Fanon (1961), defende que "a ordem, a ordem estabelecida, é primeiro uma ordem de violência. A violência do colonizado é, portanto, uma resposta à violência do colonizador" (p. 35).

Logo após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu oficialmente o tráfico transatlântico de escravizados no Brasil, sinalizando uma transição do regime de trabalho escravo para o trabalho livre, foi promulgada a Lei de Terras em 1850. O temor da elite agrária brasileira consistia em que os trabalhadores livres tivessem acesso à terra para trabalhar de forma independente. A Lei então garantia a dificuldade nesse acesso à posse de terra, pois determinava que as terras devolutas pertenceriam ao Estado, sendo passíveis de venda – não mais da simples ocupação e um registro que tornasse proprietário da terra quem nela produzisse. Nesse momento, assim como todas as dinâmicas capitalistas, apenas o grupo econômico mais forte tem o direito de realizar aquisição fundiária. Tal maneira desigual de redistribuição de terra culminou em revoltas populares e o despertar para a força do coletivo para obtenção de mudanças na realidade camponesa.

No final do século XIX e início do século XX, em busca de um espaço que lhes propusessem sustento e segurança, os camponeses deste país apegados às profecias propagadas por suas crenças cristãs, insatisfeitos com a realidade da recém República, que não solucionou a desigualdade das terras e liderados por nomes como Antônio Conselheiro, Cícero José de Farias e Roldão Manguiera — no Nordeste Brasileiro — construíram o fenômeno histórico dos Movimentos Messiânicos.

A migração e a peregrinação como esperança de chegar à terra liberta, são marcas da história do campesinato brasileiro. Na luta contra o cerco da terra e da vida, surgiram várias formas de resistência. Lutar contra as cercas era lutar contra o coronelismo, porque os latifundiários foram senhores absolutos e dominavam a terra e a vida dos camponeses. Na Bahia, camponeses sem-terra terminaram uma longa peregrinação no arraial de Canudos. Era um movimento social messiânico que não se submeteram à ordem coronelista e latifundiária. E por essa razão, foram declarados inimigos de guerra. (Fernandes, 1999, p.2).

Na maioria dos casos, na história do Brasil, os exemplos desse momento foram narrados através da descrição de irracionalidade, fanatismo e histeria, já que o povo depositou sem ressalvas a esperança de mudança em um "Messias". No entanto, Tarcísio Vanderline, elucidado pelos estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, afirma que

As investigações criteriosas, contudo, parecem apontar outro caminho. Em lugar de constituírem-se crise, obscurantismo e fuga do absurdo, os movimentos messiânicos provêm do conhecimento efetivo da realidade e agem sobre ela; revelam a tomada de consciência de dificuldades e injustiças sociais e concretizam a ação voltada para a reparação desses males. Os movimentos messiânicos podem ser considerados fenômenos sociais normais, decorrentes da lógica imanente a um tipo bem definido de sociedade (Vanderline *apud cit* Queiroz, 2003, p. 425).

Esses núcleos viviam de maneira independente do Estado, o que era visto

como uma ameaça à ordem oficial. A situação de miséria e a impossibilidade de acesso à terra, saúde e educação, reforçava a imagem de ausência e opressão do governo, o que fortaleceu o ímpeto por autonomia e despertou a contrariedade com os governos que, sob o discurso de proteção da ordem, usaram dos instrumentos opressivos. Tal uso — desproporcional — da violência, diante de uma tentativa de organização própria como forma de sobrevivência à desigualdade social, aponta para o não comprometimento do Estado em garantir meios justos de sobrevivência tendo como substituição a descredibilização da demanda popular e a repressão.

Além do movimento messiânico, outra mobilização camponesa que ganhou força foram as Ligas Camponesas. Criadas a partir do estímulo do Partido Comunista Brasileiro, elas marcaram as décadas de 1940 e 1960. Assim descreveu Francisco Julião, um importante líder das Ligas Camponesas, em entrevista:

A primeira Liga foi a da Galileia, fundada a 1 de janeiro de 1955 e que se chamava Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Foi um grupo de camponeses com uma certa experiência política, que já tinha militado em partidos, de uma certa cabeça, que fundou o negócio, mas faltava um advogado e eu era conhecido na região. Foi uma comissão à minha casa, me apresentou os estatutos e disse: 'existe uma associação e queríamos que você aceitasse ser o nosso advogado'. Aceitei imediatamente. Por isso, o negócio veio bater na minha mão. Coincidiu que eu acabara de ser eleito deputado estadual pelo Partido Socialista e na tribuna política me tornei importante como defensor dos camponeses. (Jornal Pasquim, 1979).

O movimento ganhou um grande número de adeptos e notoriedade nacional e internacional, pois combatia um sistema que prejudicava os trabalhadores e não lhes dava condições de ascensão e liberdade. Os métodos de trabalho consistiam em enriquecer os patrões com a força de trabalho camponês que, por sua vez, não conseguiam lucrar o suficiente para obter suas próprias terras, tornando-se reféns dos grandes fazendeiros.

Na Paraíba, o movimento das Ligas Camponesas teve início no município de Sapé, localizado na região da Zona da Mata, com a liderança de João Pedro Teixeira. Sua dedicação à causa camponesa foi tão intensa que lhe custou a vida, ceifada em 2 de abril de 1962. Após sua morte, sua luta foi assumida por sua esposa, Elizabeth Teixeira, que relatou o início do movimento durante o Seminário *Memórias Camponesas: as Ligas Camponesas na Paraíba*:

Ele chegava em casa e falava para mim que a vida do trabalhador do campo, dos engenhos, das fazendas, era tão difícil que muitos pais viam seus filhinhos morrer de fome. Então, ele convidava aqueles trabalhadores para virem até a nossa casa, conversar com ele, do Engenho Anta, do Engenho Melancia, do Engenho Sapucaia, do Engenho Maraú e de outras fazendas. Conversavam com ele, e chegou o momento em que ele fundou a Liga Camponesa em Sapé, que foi fundada por João Pedro Teixeira em 1958. (relato de participante do Seminário Memórias Camponesas, citado em Targino; Moreira; Menezes, 2011, p. 91)

A força e organização da Liga a tornou passível de cooptação e repressão. Os fazendeiros se sentiram desafiados e pressionados, visto que a organização dos trabalhadores resultou em assistência jurídica, combate ao analfabetismo e apoio aos castigados de expulsão e destruição de lavouras. Os fazendeiros recorreram então ao acobertamento policial.

Os proprietários de terras queriam um empregado para administrar

propriedades. [...] Procuravam chefes de polícia ou secretários de segurança pública e solicitavam dessas autoridades um empregado bom, daqueles que eram capazes de pegar pobres trabalhadores e rasgarem vivos e comerem cru. [...] E a polícia cumprindo ordem dos proprietários de terras, derrubando casas, impedindo as atividades dos que, arriscando a vida, reagindo, no trabalho de suas atividades (depoimento de José Hermínio Dionísio *apud* Van Ham, 2006, p. 260)

A liga de Sapé lutava por sindicalização, melhores condições trabalhistas e reforma agrária. Após Elizabeth assumir a frente da organização, a radicalização promovida por Julião é incorporada também na Paraíba, fazendo uso dos slogans: “reforma agrária na lei ou na marra” e “reforma agrária ou revolução” (Azevedo, 1982; Lemos, 2008).

Ao se instaurar o regime ditatorial em 1964, as conquistas e a vida dos membros entraram na mira dos militares e se intensificou a violência contra os membros das ligas. O Estado brasileiro, em sua face mais opressora, contou com total liberdade para aniquilar a luta dos que buscavam cidadania e dignidade no campo. Assassinaram, prenderam e torturaram os membros da Liga, de modo que envolveram sob grande temor a história do que foi o movimento. O apagamento foi uma das consequências dessas violentas ações. Através da memória do povo, foi possível resgatar a vida e a história da luta de importantes mártires da luta pela terra, como João Pedro Teixeira e João Alfredo Dias, popularmente conhecido como “Nego Fuba”, preso e desaparecido durante o regime militar. “(...) ele falava sempre assim: “se me matar, me cortar, me cortar em dez, vinte pedaços, cinquenta, eu sou um comunista. Ele dizia isso nos comícios.” (depoimento de Marina Dias, *apud* VAN HAM, 2006, p. 41).

Segundo estudo feito pelo pesquisador Gilney Viana (1954), 1.654 camponeses foram mortos e desaparecidos do primeiro ano da Ditadura Militar no Brasil até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Os camponeses membros das Ligas eram vistos como inimigos da ordem, rebeldes que colocavam em risco a organização do país. Com esse discurso, os militares conseguiram equiparar a força do combate ao nível de ameaça. Em todos esses casos, o combate do Estado contra os movimentos camponeses se deu através da força armada estatal direta, sem ressalvas, na defesa dos interesses de quem estava no poder. No entanto, ao passo em que as classes foram se organizando e fortalecendo sua consciência política, a defesa da hegemonia do Estado também teve que ser repensada e a repressão modificada, passando a não mais recorrer unicamente à violência.

Para Gramsci, o conceito de “Estado Ampliado”, compreende essa dinâmica moderna do Estado de utilizar consensos para obter aderência do povo em relação aos seus projetos, diminuindo também a insatisfação que põe em risco seu poder. A lógica é ceder pequena abonação que alimente, previamente, os interesses da classe menos favorecida, mas nunca o suficiente para que não seja mais preciso o método exploratório de produção.

Não se pode ampliar o nível de satisfação das demandas sociais além do ponto em que tal ampliação impeça a reprodução do capital global; mas, em contrapartida, não se pode reduzir esse nível de satisfação abaixo do limite mínimo (Coutinho, 1995, p. 57).

Os métodos de repressão não entram em desuso. Para isso, a coerção se dá através do que Gramsci nomeará de “sociedade política” que se utiliza de instrumentos formais como a Polícia, prisões, sistema judiciário e leis. São um

conjunto burocrático de ferramentas que permitem a imposição de normas e regras, dando ao sistema mais liberdade de domínio.

O neoliberalismo brasileiro vivencia essa dualidade que garante a hegemonia capitalista. Temos a presença de políticas públicas cedidas aos grupos mais desfavorecidos da sociedade, auxiliando sua subsistência, mas sem os emancipar da lógica produtivista exploratória. Assim como, por outro lado, as injustiças das classes dominantes continuam instigando a organização de uma luta contra o domínio. Logo, a repressão também se faz necessária.

No entanto, historicamente, percebemos que a fragilidade política de nossas classes sociais em luta acabou por constituir um Estado que, vinculado aos interesses dos grupos dominantes no modo de produção capitalista aqui vigente, sempre manteve, com estes movimentos sociais, uma prática de enfrentamento baseada, principalmente, na coerção e no questionamento da legitimidade destes movimentos, ora considerando-os como ilegais e “conspirativos”, ora buscando cooptá-los para o interior do projeto e dos aparelhos dominantes do sistema, numa tentativa clara de obtenção de um “consenso mínimo” necessário para os grupos no poder (Coutinho, 2007, p. 203).

Diante deste cenário de disputas de espaços de poder, de discurso midiático e de controle sobre os bens simbólicos, surge o Movimento Sem Terra em 1984, no contexto neoliberalista, após o total abatimento das Ligas Camponesas. Defendendo uma reforma agrária com redistribuição de terras justas e um projeto popular que garanta a liberdade dos povos e a superação total das desigualdades, através da organização e articulação dos trabalhadores. Desde seu surgimento, carrega estigmas que impedem que suas ações sejam divulgadas nos grandes veículos midiáticos do país, sem ser pela narrativa de “terrorismo”, tantas vezes já aplicada ao movimento. Para a formulação desse discurso que constrói uma imagem marginalizada do MST, a mídia, muitas vezes, utiliza o que Marie-José Mondzain (2017) conceitua como “confiscação de palavras”: a seleção de palavras e sentidos com o objetivo de manipular a percepção do público, de acordo com a intenção política que se pretende alcançar.

A polêmica envolvendo o MST, portanto, está longe do fim. Abordar o tema dos sem-terra, sua organização e suas atuações de maneira isenta é muito difícil. As pessoas costumam, quase sempre, ter uma opinião formada, contra ou a favor do MST. Isso ocorre porque o tema não se limita ao problema da terra. Abrange questões que envolvem toda a sociedade, como política partidária, direito à propriedade, modelo econômico e sistema de governo. (Souza, 2004, p. 33)

O movimento representa, portanto, uma alteração no sistema para a libertação dos povos. Não está em pauta apenas a defesa do interesse dos camponeses. Logo, o Estado se depara, ao combatê-lo, com o movimento social mais numeroso da América Latina, disposto à alteração da organização do poder. Diante dessa finalidade e poder organizativo das massas, não demorou muito para que o movimento começasse a ser combatido, já que uma total reforma agrária que garanta a aplicação da função social da propriedade privada, mesmo defendido pela Constituição Federal no Capítulo 5, desagrade os grandes latifundiários e os interesses do capital, colocando em risco o poder político do Estado, tornando, com isso, passível de coerção. Uma das ações que mais evidenciam a marginalização do MST no país aconteceu no Rio Grande do Sul pela então governadora Yeda Rorato Crusius ao delimitar um modo de atuação diante dos movimentos sociais no estado caracterizado

pela total criminalização e perseguição, concedendo permissão à Brigada Militar do Rio Grande do Sul de perseguir e impedir ações do Movimento. Nos anos de 2007 e 2008, o conflito na região, da polícia contra o MST, estava mais acirrado que nunca. A Brigada Militar organizava-se cada vez mais em seu plano de guerra contra o MST, iniciado por um dossiê que criminalizava o movimento:

O dossiê escrito pelo Cel. Waldir Cerutti, na época era o comandante do Comando regional de polícia ostensiva do planalto e veio, posteriormente, a ser candidato a deputado estadual pelo Partido Progressista. Esse dossiê possui cerca de 80 (oitenta) páginas contendo uma série de fotos, registros de ocorrência e documentos de proprietários rurais. Tratou-se de uma investigação sigilosa sem que houvesse manifestação judicial para tanto, cujo objetivo estava em sedimentar um terreno de crise política na região, exigindo-se uma intervenção imediata dos órgãos de segurança e do Judiciário (Vieira, 2017, p. 113)

Nesse mesmo documento há acusações de uma possível associação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra com as Forças Armadas da Colômbia:

Os setores de inteligência obtiveram informações da estratégia de atuação do movimento na região, que seria incentivada pelas FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), copiando o modelo adotado em tal país. Como é de conhecimento público, as FARC dominam grande parte daquele país e adotam o método de controle através do domínio territorial, começando suas ações pela guerrilha rural; nas regiões dominadas, o controle é total, as zonas fechadas, pouco ou nada restando de autoridade aos governos central e local; em tais zonas o exército e a polícia não entram, tornando-se regiões fora da lei, onde a única lei é a ditada pelo crime organizado. Nestas regiões as FARC têm como fonte de renda o tráfico de drogas e de armas, a venda de proteção a traficantes produtores de drogas, a empresários, comerciantes e fazendeiros, tanto no campo como nas cidades existentes em sua “Zona de Domínio”. Dedica-se tal “instituição”, também, a toda sorte de crimes, como sequestro de pessoas, em larga escala. Atualmente, cerca de 2.000 (duas mil) pessoas são mantidas, permanentemente, em cárcere privado decorrente de sequestro, só sendo liberadas mediante pagamento de elevados resgates patrimoniais ou mediante o cumprimento de determinadas exigências pelas autoridades governamentais. Em caso de não cumprimento das exigências e/ou pagamento do resgate, as vítimas são trucidadas pelos sequestradores.” (Dossiê: Situação do MST na Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, apud Vieira, 2017, p. 114)

Ao atribuir uma correlação do MST com as Forças Armadas da Colômbia, a Brigada estabeleceu também uma legitimação no combate brutal contra os trabalhadores, imputando-lhes crimes contra a ordem do país, disfarçando o combate contra a ameaça da hegemonia, com uma disputa pela soberania e harmonia nacional. O Poder Judiciário - elemento da “sociedade política” - é utilizado para criminalizar as reivindicações da luta camponesa. Nesse cenário, a mídia assume um papel de reprodução da marginalização imposta pelo Estado aos corpos e coletivos que buscam romper com as estruturas opressoras, respaldando as maneiras de coerção do Poder Legislativo e Judiciário. Durante os dias 07 e 11 de agosto de 2000, 11 mil pessoas reuniram-se em Brasília para o IV Congresso do MST, sob lema: “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”(MST,[s.d.]), reivindicando a aplicação de uma reforma favorável ao povo no sistema de redistribuição de terras e o combate à concentração de terras — subutilizadas, na maioria das vezes — nas mãos de poucos proprietários.

No entanto, o material veiculado na mídia tradicional, especificamente na Folha

de São Paulo, em matéria assinada por Eliana Silva, intitulada como: Reunião do MST Prega Invasão e Queimada, destoa dos propósitos que nortearam o evento. Ao contrário, reforça estereótipos que fazem o MST ser alvo de repressão: “invadir latifúndio, identificar e queimar plantações de alimentos transgênicos, buscar alianças até com pequenos empresários e realizar a maior jornada de lutas da história do movimento em abril do próximo ano.” (Silva, 2024).

Juntas, as ações dessas estruturas fazem a manutenção da hegemonia, criminalizam as reivindicações da classe trabalhadora e impedem conquistas que, verdadeiramente, rompam com a exploração e injustiças sociais.

4 CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE

O Assentamento Normandia, localizado em Caruaru-PE, foi ocupado em 1993 e regularizado em 1998 com repasse de 500 hectares de terras para as 41 famílias de trabalhadores rurais e indenização ao antigo proprietário pelo poder público. Desse número total de terras, uma parte foi cedida para a construção do Centro Formação Paulo Freire, local onde os trabalhadores ergueram uma escola agroecológica que, através de convênios, contribui também com a formação de estudantes de universidades como a UFRPE, UFPE, Fundação Oswaldo Cruz e Institutos Federais.

Além disso, há ainda a presença de agroindústrias e cooperativas que produzem alimentos para cerca de 27 escolas de Caruaru e instituições educacionais de Recife, de onde 2 mil trabalhadores obtêm sua renda. Hoje, o Centro é considerado o maior espaço formativo do MST no Nordeste.

Atualmente, a casa-sede tem capacidade para receber cerca de 240 pessoas, enquanto o auditório comporta, em média, 800 participantes. O espaço também dispõe de uma estrutura ampla, que inclui cozinha, refeitório, telecentro, a Casa da Juventude, a Academia das Cidades, fruto de uma parceria com o governo do Estado, a Academia do Campo, uma quadra esportiva e, mais recentemente, uma Ciranda Infantil (creche), construída em colaboração com a FUP (Federação Única dos Petroleiros).

Ao longo do ano, o Centro recebe estudantes e membros de movimentos sociais que participam de formações, ocupando o espaço com vida, diálogo e uma intensa busca por conhecimento. As atividades vão além das salas de aula: o ambiente proporciona uma vivência prática no campo, graças à sua área agroecológica, oferecendo uma verdadeira imersão na realidade rural, no contato direto com a terra e com o cotidiano do Assentamento Normandia.

Para os movimentos sociais, os centros de formação possuem uma grande importância na construção de senso crítico e libertador do povo. Através das facilitações pedagógicas na própria comunidade, os moradores da base conseguem ter acesso a uma educação que nem sempre estará ao alcance destes grupos — ou sendo feita de maneira descontextualizada da sua realidade. Uma educação que não é de fato libertadora, como esclarece Paulo Freire ao defini-la como sendo:

o ato cognoscente através do qual os homens, tomando distância da realidade para melhor conhecê-la, podem dominá-la. O objetivo maior desse processo é a transformação do mundo, pois a consciência crítica, ao emergir da leitura da realidade, permite que os indivíduos rompam com a opressão e assumam-se como sujeitos da própria história. (Freire, 1987)

Formar cidadãos críticos é também desafiar a lógica opressora. Logo, pôr em risco o poder político atuante que tanto se busca defender — em último caso — com

os mecanismos coercitivos.

Em setembro de 2019, o local foi alvo de uma ordem de despejo do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, sob alegação de resolução quanto a um desacordo ocorrido em 2008 de quatro famílias que divergiram quanto à construção do espaço coletivo.

Figura 1 - Moradora do Assentamento Normandia em sua residência (setembro de 2019)



(Foto: Matheus Alves)

Figura 2 – Mobilização dos assentados no auditório do Centro de Formação Paulo Freire (setembro de 2019)



(Foto: Matheus Alves)

Figura 3 – Participação no acampamento de resistência (setembro de 2019)



(Foto: Pastoral da Juventude Rural)

Segundo nota oficial divulgada pelo MST (2019), o juízo federal da 24ª Vara Federal de Caruaru, aceita o pedido do INCRA e determinou a reintegração imediata de posse:

Caso não haja a desocupação espontânea do executado no prazo concedido, expeça-se mandado de reintegração na posse, ficando desde já autorizado: a) o uso de força policial, b) o arrombamento, se necessário, c) condução coercitiva do executado para a DPF, em caso de resistência, d) a remoção dos bens móveis que estejam no imóvel e) remoção dos animais para o "Curral de Gado" do Município de Caruaru/PE, ficando desde já autorizada a doação ou o abate desses semoventes. (MST, 2019)

Em defesa, o Movimento destacou as diversas atuações do Centro com instituições estatais de ensino e as atividades das cooperativas que tornam o espaço um grande contribuinte para o avanço social e agroecológico.

Por isso, entendemos que não há razão nenhuma para o INCRA pedir a reintegração de posse, a não ser a motivação ideológica de tentar impor ao MST uma derrota aqui no Estado de Pernambuco, então, nesse momento, estamos tentando buscar todas as formas possíveis para impedir que essa insanidade possa ocorrer contra o Centro de Formação Paulo Freire e o Assentamento Normandia. Portanto, o juiz determina que toda área comunitária seja destruída. Vale lembrar que nesse espaço temos 3 agroindústrias que pertencem à cooperativa agropecuária de Normandia, a agroindústria de beneficiamento de carne, raízes e tubérculos, Pães e bolos, que pertencem ao CPA do coletivo de boleiras. (MST, 2019)

O contexto histórico-político em que ocorreu a ordem judicial de reintegração de posse do Centro de Formação Paulo Freire aponta para razões conjunturais que possibilitam o entendimento desta e outras ações que enfraqueceram o avanço de uma redistribuição de terras justa e demais questões sociais.

Segundo o Relatório DataLuta (2019) o ano de 2019 apresentou um cenário pessimista para a reforma agrária no país: o menor número de assentamentos criados desde 1985. Por outro lado, o governo de Jair Bolsonaro — extrema direita — foi marcado por titulação de terras. Ao todo, foram 852 títulos definitivos e 14.868 contratos de concessão de uso de janeiro a setembro (Repórter Brasil, ed. 11/09/2019). A criação de assentamentos é processo necessário para a efetivação de uma reforma agrária. Eles funcionam como uma forma concreta de implementá-la, já que não só o acesso à terra é propiciado, mas também, o apoio através de políticas públicas que possibilitem a produção agrícola e sustentabilidade econômica e social das comunidades. A titulação, no cenário de disputa de terras, fortalece o agronegócio, que realiza a compra dos lotes de famílias que por necessidade e pressão, cedem às propostas do latifundiário, mesmo que implique viver em condições de submissão.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (2019), o ano em questão também é responsável pelos trágicos 29 assassinatos em conflitos no campo, entre janeiro e dezembro.

Além disso, ocorreu a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário e, com isso, a descontinuação ou redução de suas principais políticas públicas (PRONERA, PAA, PNAE, Planapo, Ater e etc).

Todas essas medidas, somadas à defesa do armamento da população — especialmente em proteção da propriedade privada —, intensificam ainda mais a disputa por terras no país e evidenciam o lugar de alvo ocupado pelos movimentos sociais agrários durante o governo da época. Ao mesmo tempo, revelam quais interesses foram privilegiados: os do capital. Nesse contexto, a ordem de despejo do Centro de Formação Paulo Freire adquire também um caráter político-ideológico.

A desarticulação de um espaço formativo tão relevante para o MST e outros movimentos do campo, por meio da criminalização, coerção e violência estatal, ocorre em um cenário em que o poder político busca proteger os interesses da principal elite econômica do país — o agronegócio. Esse processo se mostra um método eficaz de combate à agricultura familiar, que se opõe aos modelos de produção baseados na monocultura, no latifúndio e na precarização do trabalho rural, principal sustentação do agronegócio.

Após um intenso processo de resistência contra a ameaça de despejo do Centro de Formação Paulo Freire, que se estendeu por cerca de um mês e teve seu desfecho com a suspensão do caso pelo desembargador Manoel de Oliveira Erhardt, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o Centro manteve seu papel educativo e social. Em 2020, no contexto da pandemia de COVID-19, o Movimento Sem Terra colocou o espaço à disposição do governo do estado de Pernambuco para funcionar como hospital de campanha. Já em novembro de 2022, o local foi alvo de ataques, teve suas paredes pichadas com suásticas e a palavra “mito”, além de a casa da coordenadora do Centro, situada nas proximidades, ter sido arrombada e incendiada. Atualmente, o Centro segue sendo palco de importantes ações sociais. Em 2024, por exemplo, sediou a cerimônia de lançamento do programa federal “Pacto EJA Nordeste” e continua promovendo formações, além de contribuir com a produção agroecológica destinada à merenda escolar de escolas pernambucanas.

5 METODOLOGIA

O presente artigo fundamenta-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter documental, descritivo e explicativo. Tem como objetivo identificar os aspectos da Comunicação Popular na atuação do jornal *Brasil de Fato* — veículo classificado, seguindo a classificação de Cicília Peruzzo (2004), como de Comunicação Alternativa, por se contrapor à mídia hegemônica e adotar uma linha editorial independente. Apesar de ser produzido por jornalistas e militantes, e não diretamente por membros da comunidade retratada, é possível observar nele elementos da Comunicação Popular, uma vez que “a comunicação alternativa pode ter características populares quando está comprometida com as lutas dos movimentos sociais e permite a participação desses sujeitos na produção da comunicação” (Peruzzo, 1998, p. 29). A análise concentra-se na cobertura da ordem de despejo do Centro de Formação Paulo Freire e nos sentidos produzidos sobre o MST na ação jornalística, refletindo ainda sobre a importância da comunicação popular para os movimentos sociais.

Por debruçar-se na análise de matérias jornalísticas extraídas do site do jornal em questão, a pesquisa classifica-se como documental. A seleção das matérias se deu a partir de critérios que reforçam as características de um jornalismo produzido com foco no popular, tais como: presença de múltiplas vozes dos movimentos sociais, esclarecimento da importância social do espaço e chamadas à ação coletiva.

A natureza descritiva da pesquisa manifesta-se na sistematização e apresentação do conteúdo veiculado. Já o viés explicativo dá-se na interpretação — à luz da teoria da comunicação popular, especificamente dos estudos de Raquel Paiva, que delineiam definições de Comunicação Popular e análise crítica do uso ideológico da mídia e do fortalecimento da marginalização dos movimentos sociais — da atuação do jornal, que disponibiliza um contraponto à estrutura hegemônica diante do caso exposto.

A técnica metodológica adotada foi a análise de conteúdo de três matérias acessadas no site oficial do jornal *Brasil de Fato* no período em que se faz mais urgente tal comunicação — “Maior Centro de Formação do MST no Nordeste é Ameaçado de Despejo”, “Quem São as Famílias que Vivem no Assentamento Normandia?” e “Acampamento Consolida Resistência do MST ao Despejo do Centro Paulo Freire”. Diante do número expressivo de matérias publicadas pelo veículo ao longo de todo o processo de resistência, a escolha dessas três reportagens seguiu um critério de relevância cronológica e narrativa. A seleção considerou materiais que, ao longo da linha do tempo dos acontecimentos, abordassem momentos cruciais do episódio. A primeira matéria, publicada ainda no início de setembro de 2019, trouxe o anúncio da ação judicial que ameaçava o Centro de Formação Paulo Freire. Em seguida, no dia 16 de setembro, já com o processo de resistência em curso e com o acampamento ganhando força e visibilidade, o *Brasil de Fato* veiculou a reportagem “Maior Centro de Formação do MST no Nordeste é Ameaçado de Despejo”, marcando o auge da mobilização popular. Por fim, em 23 de setembro, já próximo ao desfecho da situação, foi publicada a matéria “Quem São as Famílias que Vivem no Assentamento Normandia?”, trazendo um olhar mais humano e direto das próprias famílias envolvidas na luta.

Para essa construção, produzi tabelas formuladas a partir de conceitos descritos por Raquel Paiva, tais como: comprometimento com a cidadania, adotado como critério pela autora ao descrever que “o que caracteriza um veículo como comunitário não é sua capacidade de prestação de serviço, mas a proposta social,

seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício de cidadania” (2003, p. 140); participação popular, esclarecida ao narrar que “o jornalismo comunitário é elaborado por membros da comunidade que tentam, através dele, obter maior força política” (2003, p. 136); e determinação comunitária: “a comunicação comunitária é orientada, principalmente, por determinações grupais ou comunitárias, e não prioritariamente pelo sistema empresarial que visa ao lucro” (1998, p. 47).

6 ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO JORNAL BRASIL DE FATO SOB CONCEITOS DE RAQUEL PAIVA

Desde a emissão da ordem de reintegração de posse do Centro de Formação Paulo Freire, solicitada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em setembro de 2019, até a suspensão do caso pelo desembargador Manoel de Oliveira Erhardt, em 15 de outubro de 2019, o jornal *Brasil de Fato* dedicou-se a reportar o caso, objetivando alcançar o propósito social do jornalismo comunitário. Por isto, o classifiquei como um veículo com característica de comunicação popular, como afirma Cecília Peruzzo (2006):

É por meio da comunicação popular que os movimentos sociais e os grupos marginalizados encontram formas de tornar públicas suas pautas e demandas. Essa comunicação tem como essência o empoderamento dos sujeitos e a construção coletiva de sentidos” (p. 27)

Tal atuação do Brasil de Fato culminou em reportagens que se apresentam como objetos de análise efetivos da comunicação popular, dada sua construção fiel aos critérios conceituais da estudiosa Raquel Paiva, responsável por escritos que auxiliam o estudo da área, como *O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo*.

Tabela 1 - Aplicação dos Critérios de Raquel Paiva nas Reportagens do Brasil de Fato

Reportagem:	Critério:	Identificado na matéria:
Maior Centro de Formação do MST no Nordeste é Ameaçado de Despejo	Comprometimento com a cidadania	O texto destaca os prejuízos do despejo à comunidade: extinção de oferta de alimentos sem agrotóxicos, das cooperativas que são fonte de renda para muitas famílias e atividades educacionais em parceria com institutos públicos de ensino superior. Logo, defende os direitos coletivos.
	Participação popular	É a voz do Movimento Sem Terra que conduz o texto, e não a de autoridades institucionais como superintendentes ou

		representantes do poder judiciário, o que evidencia que a matéria se alinha aos interesses populares.
	Determinação comunitária	O interesse a ser defendido é o da comunidade. O texto é claro e objetivo no que se propõe: informar ao povo a tentativa de desapropriar uma conquista coletiva, sem a histeria da mídia hegemônica.
Reportagem:	Critério:	Identificado na matéria:
"Quem São as Famílias que Vivem no Assentamento Normandia?"	Comprometimento com a cidadania	A reportagem dá espaço para os assentados Sebastião Manoel da Silva e Lucicleide Maria da Silva reivindicarem seus direitos e a permanência em seus lares e atividade econômica.
	Participação Popular	Os relatos que protagonizam a matéria são de pessoas da própria comunidade, que vivenciam as ações do Centro de Formação Paulo Freire.
	Determinação Comunitária	O texto narra histórias da comunidade, pautando, mais uma vez, uma problemática local.
Reportagem:	Critério:	Identificado na matéria:
Acampamento Consolida Resistência do MST ao Despejo do Centro Paulo Freire	Comprometimento com a cidadania	A reportagem trata de destacar a organização e força do acampamento no exercício de defesa dos direitos dos assentados, ampliando também a divulgação do ato e as formas de contribuição financeira, garantindo essa proteção.
	Participação Popular	As fontes ouvidas são artistas e membros do Movimento Sem Terra.

A reportagem “Maior Centro de Formação do MST no Nordeste é Ameaçado de Despejo”³, publicada em setembro de 2019, sendo a primeira matéria veiculada no site sobre o assunto, possui uma função importante de informar e mobilizar, visto que iniciava-se um processo de organização coletiva de resistência e a comunicação servirá para auxiliar o povo nesse sentido. Ao longo da matéria, é possível notar o comprometimento com a cidadania, através do destaque dado aos prejuízos sociais que causaria a efetivação do despejo, bem como a importância social do Centro para a comunidade, assegurando direitos da população.

Se levada adiante, a desapropriação deve afetar a produção e beneficiamento de alimentos sem veneno em todo o estado de Pernambuco. Somente nas agroindústrias cooperativas da Normandia participam cerca de 2 mil camponeses da região, que processam seus alimentos sem agrotóxicos, e os fornecem para cerca de 400 escolas públicas de 20 municípios do agreste à região metropolitana de Recife. O Assentamento Normandia produz até 100 toneladas de carnes, mais de 180 toneladas de pães e bolos, e mais de 200 toneladas de raízes e tubérculos por ano. Já o Centro Paulo Freire realiza atividades educativas em parcerias com as universidades públicas de Pernambuco, Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Faculdade Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre outras instituições, que também podem ter suas atividades afetadas com o despejo. (Brasil de Fato, 2019)

No que se refere aos critérios de participação popular, está implícito no texto através do protagonismo dado ao próprio Movimento Sem Terra, em vez de a personagens que não vivenciam a realidade posta em risco, como especialistas agrários e jurídicos. Com isso, a matéria não só deu voz ao povo diante do caso, como também estabeleceu a determinação que pautou a reportagem: a comunidade do Assentamento Normandia e demais membros do movimento.

O fato de esse material ter sido produzido seguindo tais critérios, resultando em um texto que expôs de forma clara os prejuízos sociais e educativos que o despejo poderia causar, foi fundamental para dar início ao processo de mobilização que se desenrolou em seguida. Ao apresentar os impactos reais que a medida traria para a comunidade e para o projeto educativo ali desenvolvido, a reportagem teve um papel decisivo na sensibilização da opinião pública. Graças ao alcance significativo do jornal, especialmente nas redes sociais, a informação chegou a um público amplo, que pôde se inteirar da situação e se somar à causa.

Esse período foi marcado pela chegada das primeiras pessoas ao Centro de Formação Paulo Freire, dispostas a contribuir com a resistência. Reuniões foram realizadas, e o debate ultrapassou os limites da defesa jurídica, ampliando-se para a construção de uma mobilização social de base. A boa circulação das matérias, que cumpriram o papel de verdadeiro “chamado à ação”, estimulou a adesão de outros movimentos sociais e de entidades solidárias. Assim, o caso deixou de ser apenas uma disputa judicial localizada e passou a ser visto como uma luta coletiva, que envolvia o direito à terra, à educação popular e à permanência de um espaço de formação política e social no estado de Pernambuco.

Na matéria “Acampamento Consolida Resistência do MST ao Despejo do Centro Paulo Freire”⁴, publicada em 16 de setembro de 2019, evidencia-se a força da coletividade popular frente à ameaça de despejo. O texto destaca a expressiva participação de agricultores e militantes na ação de resistência, com um número significativo de cerca de 1.800 pessoas presentes no sábado em que a atividade foi realizada.

³ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/especiais-maior-centro-de-formacao-do-mst-no-nordeste-e-ameacado-de-despejo/>. Acesso em 21 de junho de 2025.

⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/16/acampamento-consolida-resistencia-do-mst-ao-despejo-do-centro-paulo-freire/>. Acesso em 21 de junho de 2025.

Essa ampla adesão foi, em grande parte, fruto da boa circulação dos materiais jornalísticos anteriores e da capacidade de mobilização popular em torno da causa.

A reportagem não apenas narra o volume de participantes, mas também analisa e dá visibilidade às estratégias de comunicação e mobilização que fortaleceram o movimento. O ato em defesa dos direitos dos assentados do Assentamento Normandia se desdobrou em diversas frentes: ações culturais, atendimentos de saúde, campanhas audiovisuais e iniciativas de arrecadação de fundos, tudo com o objetivo de ampliar o apoio contra o despejo. A matéria cumpre, assim, um papel fundamental na construção de uma narrativa pública de defesa da cidadania e dos direitos coletivos, como destaca Raquel Paiva ao tratar da comunicação comunitária e da construção de sentidos a partir da participação popular.

Um dos trechos que exemplifica esse esforço coletivo é o lançamento da campanha audiovisual colaborativa, descrita na matéria:

Além do acampamento, foi lançada uma campanha audiovisual colaborativa. Qualquer pessoa, de qualquer lugar do Brasil, pode participar. A ideia da campanha é destacar a importância do Centro de Formação Paulo Freire, que faz parte da história de milhares de pessoas que já passaram pela escola no Agreste pernambucano. Qualquer pessoa que já tenha participado de formações políticas ou voltadas para agroecologia ou qualquer outra atividade no Centro, deve gravar um vídeo falando um pouco da sua experiência no local. (Brasil de Fato, 2019)

Ao longo da reportagem, observa-se a pluralidade de vozes que constroem o material. Fontes diversas, incluindo artistas, educadores populares, militantes e membros do próprio Movimento Sem Terra, reforçam o caráter comunitário da resistência. Um exemplo importante é o depoimento de Rosa Amorim, coordenadora de cultura do acampamento e militante do Levante Popular da Juventude, que ressalta o papel central da cultura nos processos de luta:

A coordenadora de cultura do acampamento e militante do Levante Popular da Juventude, Rosa Amorim, afirma que a cultura é algo que constitui todos os acampamentos dos trabalhadores sem terra. "Sempre resistimos com muita poesia e música popular. Isso é parte de nós", diz Rosa. "Estamos articulando artistas locais, bandas e trios pé-de-serra do próprio povo sem terra, além de artistas que queiram se apresentar", completa. A programação cultural deve ser mais intensa nas noites de quinta, sexta, sábado e domingo. (Brasil de Fato, 2019)

A matéria, portanto, nasce da urgência local de fortalecer o acampamento, como forma de impedir o despejo e evitar os prejuízos sociais, culturais e educativos que a remoção do Centro provocaria. Mais do que relatar um fato isolado, o conteúdo jornalístico evidencia uma organização social ativa, que articula diferentes linguagens e estratégias de resistência. O texto demonstra não apenas a grande adesão popular, mas também a capacidade de autogestão e mobilização comunitária que caracteriza a luta dos trabalhadores rurais organizados no Assentamento Normandia.

A reportagem "Quem São as Famílias que Vivem no Assentamento Normandia?"⁵ publicada em 23 de setembro de 2019 pelo Brasil de Fato, cumpre um papel fundamental no processo de humanização da cobertura sobre a ameaça de despejo do Centro de Formação Paulo Freire. Ao dar voz direta aos moradores do Assentamento Normandia, onde o Centro está localizado, a matéria aproxima o público dos principais afetados por uma possível reintegração de posse.

⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/23/quem-sao-as-familias-que-vivem-no-assentamento-normandia/>. Acesso em 21 de junho de 2025.

Trata-se de um texto que rompe com a narrativa fria e burocrática que geralmente acompanha processos judiciais de despejo, focando no impacto humano, social e econômico que a remoção traria para centenas de famílias.

Embora, à época da publicação, o processo de resistência já estivesse avançado e o acampamento ganhasse força, a decisão de suspensão do despejo ainda não havia sido oficializada. Mesmo assim, a mobilização popular era evidente e já demonstrava capacidade de articulação e força política. Dentro desse contexto, a reportagem adota a perspectiva dos moradores, trazendo relatos que expressam tanto o sentimento de pertencimento ao território quanto o temor de perder suas conquistas sociais, econômicas e afetivas.

A matéria apresenta personagens como Lucicleide Maria dos Santos e Sebastião Manoel da Silva, agricultores que reivindicam, de maneira clara e direta, o direito ao trabalho e à moradia digna. Suas falas reafirmam o compromisso editorial do Brasil de Fato com a cidadania e com a comunicação popular. O espaço concedido a essas vozes permite que os próprios assentados narrem suas vivências, transmitindo não apenas o medo do despejo, mas também a luta cotidiana pela produção de alimentos, pela geração de renda e pela construção de uma vida comunitária sustentável. A proposta não promove o mero sequestro da fala comunitária como Raquel Paiva denuncia em outras produções pseudocomunitárias.

Trabalhando em seu próprio roçado, onde cultiva milho, feijão, palma e outras culturas, Sebastião lamenta a possibilidade de despejo, enfatizando a importância do Centro de Formação e da Agroindústria local na vida das famílias:

Ele lamenta a novidade por parte do Incra. "É um negócio negativo. O Centro [Paulo Freire] e a Agroindústria são boas presenças. Tudo o que precisamos a Associação nos ajuda. Muita gente estava desempregada, mas com essa firma eles conseguiram trabalho", conta. (Brasil de Fato, 2019).

Além do impacto direto sobre as moradias, a reportagem também destaca os prejuízos econômicos que o despejo causaria às iniciativas produtivas desenvolvidas no assentamento. Um exemplo disso é o grupo de boleiras, do qual Lucicleide faz parte.

O grupo de boleiras que ela integra é formado por mulheres do assentamento. Elas começaram as atividades há quatro anos, fazendo cursos no Centro Paulo Freire. Hoje produzem pães e bolos de grande variedade: pão integral, de milho, de jerimum, beterraba e de leite; bolos de banana, cenoura, macaxeira, mandioca, leite e chocolate. A produção, segundo Cleide, já passa dos 10 mil quilos por ano, principalmente para escolas da Prefeitura de Caruaru e para o campus Caruaru do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), além do Armazém do Campo, no Recife, para onde também mandam empadas. (Brasil de Fato, 2019)

A reportagem, ao estruturar sua narrativa a partir das vozes dos próprios moradores, reforça o caráter participativo e comunitário da comunicação popular. Ao invés de ser apenas uma cobertura sobre um conflito fundiário, o texto se transforma em espaço de denúncia e de representatividade, onde o povo conta sua própria história e constrói coletivamente o argumento político e social pela permanência no território. Nesse sentido, o Brasil de Fato reafirma o compromisso de produzir uma comunicação que, além de informar, mobiliza e fortalece o tecido social de base. Trata-se de uma prática que vai ao encontro da concepção de comunicação cidadã, como defendida por estudiosos como Raquel Paiva, ao colocar os sujeitos populares como protagonistas da narrativa.

7 CONCLUSÃO

A comunicação possui um papel fundamental na organização da sociedade e na manutenção de poderes. Estudar a maneira como ela é utilizada pelos grupos dominantes na legitimação de suas ações é também compreender o atravessamento das disputas ideológicas no campo midiático. Logo, auxilia no esclarecimento da posição dos grupos marginalizados e a importância da comunicação popular para essa classe — contribuir para sua resistência e emancipação.

Partindo dessa elucidação, e utilizando ainda as contribuições teóricas de Raquel Paiva, que aponta critérios para o estudo da comunicação popular, foi possível realizar uma análise da efetividade da produção do jornalismo atual comprometido com os movimentos sociais, criando subsídios para o fortalecimento desse campo de atuação comunicacional e impulsionando a construção de uma sociedade mais justa, superando as barreiras da opressão e das desigualdades.

Conclui-se, portanto, que a experiência do jornal *Brasil de Fato* na cobertura do processo de ordem de despejo contra o Centro de Formação Normandia, do Movimento Sem Terra em Pernambuco, exemplifica como se dá, na prática, uma abordagem efetiva de comunicação popular — isto é, comprometida com a cidadania, com a presença popular e pautando-se por determinações comunitárias.

Por meio do desempenho comunicacional eficaz diante da decisão judicial de despejo, o acampamento de resistência contou com a presença massiva de pessoas, elevando a causa aos setores da mídia tradicional e às redes sociais, além de incentivar figuras relevantes da política e da cultura a se posicionarem sobre o caso. O pedido de reintegração foi suspenso em 19 de outubro de 2019, pelo desembargador Manoel de Oliveira Erhardt, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Em março de 2020, o espaço foi oferecido como hospital de campanha durante a pandemia de coronavírus e, posteriormente, sediou cerimônias de grande impacto social, como o lançamento do programa do Governo Federal para o combate ao analfabetismo e a qualificação do Ensino de Jovens e Adultos em áreas de assentamento da reforma agrária — o Pacto EJA Nordeste, em 2024. Além disso, o local segue contribuindo com a formação cidadã e a promoção da alimentação agroecológica no estado de Pernambuco.

A extinção do Centro e das áreas onde os assentados realizavam suas produções representaria, portanto, uma vitória sobre a luta dos camponeses. Reconhecendo essa realidade, o MST e os canais que constroem a comunicação popular no país buscaram despertar no povo a consciência sobre a gravidade dessa ofensiva e a necessidade de resistência.

A pesquisa demonstra a aproximação da produção jornalística do jornal *Brasil de Fato* com a Comunicação Popular, através da análise das reportagens selecionadas e da classificação com os conceitos de Raquel Paiva e Peruzzo.

Resta, portanto, evidenciado que a Comunicação Popular representa um importante papel na defesa dos direitos dos camponeses e no enfrentamento ao enquadramento e à produção de sentidos em torno dos movimentos sociais da terra.

REFERÊNCIAS

ADUFEPE. **Despejo em Normandia: uma análise crítica.** [pdf]. Recife: ADUFEPE, 2019. Disponível em: <https://www.adufepe.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Normandia-DESPEJO.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

APUBLICA. **60 anos do golpe militar: estudo aponta 1.654 camponeses mortos e desaparecidos na ditadura.** APUBLICA, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/60-anos-do-golpe-militar-estudo-aponta-1654-camponeses-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura/>. Acesso em: 16 mai. 2025.

BRASIL DE FATO. **Acampamento consolida resistência do MST ao despejo do Centro Paulo Freire.** 16 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/16/acampamento-consolida-resistencia-do-mst-ao-despejo-do-centro-paulo-freire>. Acesso em: 17 maio 2025.

_____. **Maior centro de formação do MST no Nordeste é ameaçado de despejo.** 10 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/especiais-maior-centro-de-formacao-do-mst-no-nordeste-e-ameacado-de-despejo/>. Acesso em: 17 maio 2025.

BRUZIGUESSI, Bruno; BEZERRA, Cristina Simões. **Coerção e consenso: os fundamentos da criminalização dos movimentos sociais no Brasil.** *Libertas*, Juiz de Fora, 2010.

COHEN, Bernard C. **The press and foreign policy.** Princeton: Princeton University Press, 1963.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Despejos, assassinatos e reforma agrária paralisada marcam primeiro ano do governo Bolsonaro.** Goiânia: CPT. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5037-despejos-assassinatos-e-reforma-agraria-paralisada-marcam-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 16 maio 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra.** Presidente Prudente: Rede DATALUTA, 2019.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl; **Manifesto Comunista.** São Paulo: Global Editora, 1984.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

FLEURY TEIXEIRA, Sônia. **Representação de interesses, formulação de políticas**

e hegemonia. In: FLEURY TEIXEIRA, Sônia (org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria.* São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 6 v.

INTERVOZES; REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Intervozes e Repórteres Sem Fronteiras lançam novo estudo sobre concentração nos meios de comunicação.** *Intervozes*, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://intervozes.org.br/intervozes-e-reporteres-sem-fronteiras-lancam-novo-estudo-sobre-concentracao-nos-meios-de-comunicacao/>. Acesso em: 16 maio 2025.

JORNAL PASQUIM. **Francisco Julião: um depoimento para a história : o homem que agitou os canaviais.** 1979. Disponível em: <http://geneton.com.br/archives/000209.html>. Acesso em: 16 de maio de 2025.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?** 1902. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/cap05.htm>. Acesso em: 16 maio 2025.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion.** New York: Harcourt, Brace and Company, 1922.

LOPES, Fábio Júnior. **A reinvenção política do MST: uma análise do programa de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao longo da sua história.** 2004. Trabalho de conclusão (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília-SP, 2004.

Marx, Karl. **A liberdade de imprensa.** Cláudia Schilling & José Fonseca (trad.). Porto Alegre: L&PM, 1980.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. **The agenda-setting function of mass media.** *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MEMÓRIAS DO POVO: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas – **deixemos o povo falar** / Antônia Maria Van Ham, Alder Júlio Ferreira Calado, Arivaldo J. Sezyshta, Gabriele Giacomelli e Gláucia Maria de Luna Ieno (Orgs.). João Pessoa: Idéia, 2006.

MONDZAIN, Marie-José. *Confiscar o poder: crítica da figura autoritária.* Tradução de André Telles. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política.* São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Nossa história: 2000 a 2004.** [S. l.]: MST, [s.d.]. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/00-04/#sobre-congresso>. Acesso em: 1 jun. 2025.

_____ In: **Centro de formação do MST em PE sofre com tentativa de despejo.**

Caruaru, 5 set. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/05/centro-de-formacao-do-mst-em-pe-sofre-com-tentativa-de-despejo/>. Acesso em: 16 maio 2025.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. In: **Comunicação nos movimentos populares**. 2. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. In: **Mídia alternativa, cidadania e democracia**. São Paulo: Paulus, 2004.

PUDDEPHAT, Toby. **Liberdade de expressão, acesso à informação e capacitação do público: um estudo de políticas da UNESCO**. Brasília: UNESCO, 2011.

PUNTEL, Joana. **O discurso da imprensa: crítica e análise da mídia brasileira**. São Paulo: Cortez, 1994.

REPÓRTER BRASIL. **Reforma Agrária Paralisada**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/09/com-reforma-agraria-paralisada-juiz-acata-pedido-de-empresa-do-daniel-dantas-para-despejar-212-familias-no-para/>. Acesso em: 16 maio 2025.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. **Governo algorítmico e perspectivas de emancipação**. *Revista Brasileira de Estudos da Mídia*, v. 2, n. 2, p. 16–52, 2015.

SILVA, Eliane. **MST reúne militantes para queimar bandeira em frente à embaixada dos EUA**. *Agência Folha*, Brasília, 10 ago. 2000.

SOBREIRA, Vinícius. **Quem são as famílias que vivem no Assentamento Normandia?** *Brasil de Fato*, Caruaru, 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/23/quem-sao-as-familias-que-vivem-no-assentamento-normandia/>. Acesso em: 17 maio 2025.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. São Paulo: Annablume, 2004.

TEDESCO, João Carlos; SILVA, Émerson Neves da. **Luta agrária, jurídica e militar no norte do Rio Grande do Sul, sul do Brasil: ações do Movimento Sem Terra (MST) na Fazenda Coqueiros**. 2004-2008. *História Agrária*, 2022.

VANDERLINE, Tarcisio. **A peregrinação na busca por um novo território: messianismo na romaria da terra**. *Revista Varia Scientia*, v. 8, n. 14, 2009.

VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. **Sob o leito de Procusto: sistema judicial e a criminalização da luta pela terra no Rio Grande do Sul**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, 2022.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Orientador Rafael de Araújo Melo pelas sugestões eficazes, pela escuta sempre atenta e pelo apoio essencial durante todo o processo de orientação.

À equipe docente do curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba, pelas valiosas contribuições pedagógicas ao longo da graduação.

Aos companheiros que, ao meu lado, construíram as experiências que me conduziram até o desenvolvimento deste trabalho.